

## O QUE É O ECONÔMICO? A PERSPECTIVA PLURAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA ECONOMIA FEMINISTA

Luciene Rodrigues\*

**Resumo:** A definição do campo “econômico” comporta uma dimensão formal e outra substantiva, esta última quase sempre esquecida pelo *mainstream* econômico. A noção dominante de economia considera apenas a dimensão formal, reconhece como atividade econômica somente a produção de bens e serviços com valor de troca. Polanyi oferece elementos para recuperar a dimensão substantiva, mostrando a pluralidade do comportamento econômico e que a finalidade última da atividade econômica é a satisfação das necessidades. Neste sentido, a presente comunicação procura discutir o processo de autonomização da esfera econômica assimilada ao mercado e apresenta algumas ferramentas analíticas para a desconstrução do conceito dominante a partir da noção de Economia Solidária. Mostra-se como o conceito de Economia Solidária recupera a dimensão substantiva e aponta, ainda, para a proximidade entre o conceito de economia solidária e a abordagem feminista da economia.

**Palavras-chave:** economia solidária; mudança social; economia feminista.

**Abstract:** What constitutes the economic field comprises a formal dimension and other substantive, the last one is forgotten by the economic mainstream. The dominant notion of economics considers only the formal dimension, as economic activity recognizes only the production of goods and services with exchange value. Polanyi provides elements to retrieve the substantive dimension, showing the diversity of economic behavior and that the purpose of economic activity is the satisfaction of needs. In this regard, this

---

\* Depto. de Economia - UNIMONTES. E-mail: [luciene.rodrigues@pq.cnpq.br](mailto:luciene.rodrigues@pq.cnpq.br)

communication aims to discuss the process of empowerment of the economic sphere assimilated to the market and presents some analytical tools for the deconstruction of the dominant concept from the notion of solidarity economy. It is shown how the concept of solidarity economy retrieves the substantive dimension. The study also points to the proximity of the concept of solidarity economy and feminist approach to economics.

**Keywords:** solidarity economy; social change; feminist economy.

## **Introdução**

A Economia compreende o estudo do conjunto de atividades de produção de bens e serviços e sua distribuição. Produção e distribuição precisam de colaboração entre pessoas, assim como a política, a cultura, a economia é uma atividade social. A definição do que é economia comporta duas dimensões, sendo uma formal (a relação entre meios e fins) e outra substantiva, relacionada às formas de cooperação estabelecidas entre os atores sociais para produzir, circular e distribuir os bens e serviços.

A noção dominante de economia considera apenas a dimensão formal, reconhece como atividade econômica somente a produção de bens e serviços com valor de troca. Polanyi (2000) oferece elementos para recuperar a dimensão substantiva, mostrando a pluralidade do comportamento econômico. As abordagens teóricas da economia feminista e a economia solidária são parte deste esforço de concepção de uma economia plural, contribuem para a construção de uma economia mais humana, centrada nas necessidades humanas. Neste sentido, a presente comunicação busca destacar a aproximação entre essas duas concepções de economia, desenvolve a hipótese de que a abordagem da economia solidária do que é o econômico é muito próxima da perspectiva feminista da economia. Isso é feito pela explicitação de valores comuns e princípios econômicos convergentes nas duas perspectivas. O texto, organizado em três seções, busca responder à questão: como a noção de economia de paradigmas econômicos emergentes como a perspectiva da economia solidária e a abordagem feminista da economia, colocam em xeque, tensionam, desconstroem o conceito dominante de economia?

Na primeira seção, mostra-se que as duas perspectivas buscam em Polanyi a base conceitual para desconstruir a visão dominante de economia. Para Polanyi as sociedades não modernas garantiam os meios materiais para a satisfação das necessidades através de duas formas econômicas básicas a reciprocidade e a redistribuição. Enquanto que na sociedade contemporânea de mercado o objetivo é o acúmulo de ganhos monetários, em outras economias o que se busca é a reprodução material da própria vida. Entende Polanyi que devemos recuperar o significado substantivo de “economia” e tanto a economia solidária quanto a abordagem feminista da economia procuram com seu corpo conceitual fazer isso. Assim, a primeira seção analisa a trajetória histórica de encastramento-desencastramento-reencastramento da economia nas relações sociais de modo a perceber o processo de autonomização da esfera econômica assimilada ao mercado o que, não raro, acaba por gerar confusão entre a noção de economia, associando-a à economia de mercado e à auto-regulação deste.

Na segunda seção, apresentam-se algumas ferramentas analíticas para a desconstrução do conceito dominante a partir da noção de Economia Solidária. Mostra-se que a economia possui um hemisfério luminoso e um cinzento e que a noção dominante de economia capta apenas o primeiro hemisfério, aquele que é mensurável e visível e que o conceito de Economia Solidária recupera a dimensão substantiva da economia, toda atividade produtiva voltada para satisfação de necessidades sociais estabelecidas democraticamente. A partir de seis critérios de diferenciação, o estudo mostra algumas diferenças entre a economia capitalista, a economia pública e a economia solidária.

A terceira seção dedica-se a discutir convergências, pontos de aproximação, valores e princípios partilhados entre as abordagens do que é o econômico da economia solidária e da economia feminista. Por último, são feitas algumas considerações finais.

## **1 Economia solidária e a noção dominante de economia**

No campo teórico, o conceito dominante de economia difere do entendimento da perspectiva da economia solidária com relação ao que é econômico e ao que é atividade econômica.

Em um dos manuais de Economia mais difundidos no mundo, Mankiw (2014) define a economia como “o estudo de como a sociedade se organiza para decidir a dinâmica de alocação dos recursos escassos”. Nesta mesma obra, o autor sumariza os principais pressupostos que fundamentam o campo disciplinar da economia em dez princípios. Os quatro primeiros procuram tratar do processo pelo qual as pessoas tomam decisões; os três seguintes, como as pessoas interagem; e, os três últimos, como a economia funciona (ver Box 1).

### **Box 1: Dez princípios econômicos, segundo Mankiw (2014)**

#### **COMO AS PESSOAS TOMAM DECISÕES**

##### **Princípio 1 - As pessoas enfrentam tradeoffs**

Tradeoff é o termo econômico para uma situação de escolha conflitante. Ao conquistar o uso de um recurso escasso, se abre mão de outro.

##### **Princípio 2 - O custo de alguma coisa é aquilo de que você desiste para obtê-la (custo de oportunidade)**

A partir do tradeoff, a tomada de decisões exige a comparação entre os custos e benefícios das possibilidades de ação.

##### **Princípio 3 - As pessoas racionais pensam na margem**

Um tomador de decisões racionais executa uma ação se, e somente se, o benefício marginal ultrapassa o custo marginal.

##### **Princípio 4 - As pessoas reagem a incentivos**

As pessoas respondem a incentivos, a fatores externos que influenciam na tomada de decisão.

#### **COMO AS PESSOAS INTERAGEM**

##### **Princípio 5 - O comércio pode ser bom para todos**

A concorrência é um fator interessante.

##### **Princípio 6 - Os mercados são geralmente uma boa maneira de organizar a atividade econômica**

Perseguindo os próprios interesses pessoais, as pessoas enobrecem e elevam o mercado. Ao perseguir o próprio interesse, frequentemente se atinge o interesse social.

##### **Princípio 7 - As vezes os governos podem otimizar os mercados**

Existem algumas exceções à regra em que os mercados são uma boa maneira de se organizar a atividade econômica. Em alguns casos, pode não haver uma alocação eficiente de recursos, o que é chamado de falha de Mercado.

#### **COMO A ECONOMIA FUNCIONA**

##### **Princípio 8 - O padrão de vida de um país depende da sua capacidade em produzir bens e serviços**

##### **Princípio 9 - Os preços sobem quando o governo emite moeda demais**

##### **Princípio 10 - A sociedade enfrenta um tradeoff de curto prazo entre inflação e desemprego**

A esses dez princípios de economia estão associados conceitos de escassez, eficiência, indivíduo racional, economia de mercado, assimetrias de mercado, ciclo de negócios, entre outros. A idéia forte de que recursos ou fatores de produção são escassos e que desejos e necessidades humanas são ilimitadas e que sempre se renovam. Assim, a economia moderna apresenta três traços **(1)** autonomia conferida à esfera econômica assimilada ao mercado, o que gera confusão entre economia e economia mercantil, dos fisiocratas aos neoclássicos; **(2)** o mercado como auto-regulador; a esses dois pontos de Polanyi, Laville (2013) identifica um terceiro, levantado por Marx, Mauss e Weber **(3)** a identificação da empresa moderna com a empresa capitalista.

Um contrapondo a esta compreensão do que é a Economia tem sido colocada pela perspectiva da Economia Solidária, tanto no campo teórico quanto das práticas. Estas tem sido um fenômeno crescente em muitos países desenvolvidos, subdesenvolvidos nos cinco continentes, com diversidade de formas econômicas onde as pessoas se associam para produzir e reproduzir meios de vida com base em relações de reciprocidade e igualdade. Essa práticas têm recebido diferentes denominações: Economia solidária, Economia popular, Economia popular solidária, Economia social solidária, Economia social, Economia da dádiva, Sócio-economia solidária, Economia do trabalho, Economia humana, Economia da reciprocidade, Privado social, Setor não lucrativo, Terceiro setor, entre outras.

A noção de Economia Solidária tensiona a teoria econômica dominante e o individualismo metodológico associado ao apresentar uma perspectiva plural da economia e ao compreender que o agir humano pode ser motivado pela busca do interesse comum, que a finalidade econômica pode ser múltipla e não apenas mercantil; que a atividade econômica inclui toda atividade voltada para a produção de bens e serviços com valor de uso e não apenas com valor de troca. Propõe-se a crítica à estrutura de desejos ou demandas de bens e serviços, a qual gera o imaginário do consumo numa sociedade capitalista, e sim chegar a um acordo relativo às formas de produção e consumo mais adequadas social e ambientalmente. Trata de uma desconstrução de princípios individualistas e privatistas predominantes na maioria das relações econômicas, e de construção de uma cultura pautada na solidariedade e no bem comum.

A Economia Solidária surge nos últimos 35 anos, corresponde a práticas novas ou “renovadas”, nas vizinhanças do terreno da Economia Social. Por vezes são termos complementares, por vezes opostos. A Economia solidária não é uma simples continuação a nova denominação para a Economia social, mas antes, uma nova realidade com novas práticas e novas teorizações. É um prolongamento e uma inflexão da teorização da Economia social. Segundo Roque Amaro (2009) uma das originalidades da Economia solidária é de se inscrever iniciativas da sociedade civil num espaço público de sociedades democráticas modernas.

Até o século XVII, não havia separação entre economia e moral (Lechart, 2002). Havia uma unidade entre o social, o econômico, o político e o religioso. Segundo Polanyi (2000), a economia estava enraizada no sistema social, sendo impossível separá-la mentalmente de outras atividades societárias.

Polanyi destaca que produzir e distribuir bens e serviços envolve troca, mercados, assim como relação social. Para ele, até a modernidade, as atividades econômicas encontravam-se encastradas nas relações sociais. Para Laville (2013), na modernidade democrática, a economia vai apresentar um duplo movimento: o primeiro exprime a tendência ao desencastamento da economia, de uma economia “com” mercado, passa-se cada vez mais a uma economia “de” mercado, uma certa autonomização da atividade econômica, possibilitada em grande parte pelo desenvolvimento da economia monetária, pelo uso intenso do dinheiro na mediação de todas as trocas.

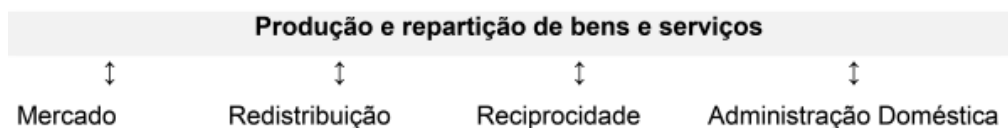
Simmel (1987) mostra que o dinheiro tem suas virtudes em termos econômicos: a primeira delas é que ele desvincula o produtor do consumidor e cria uma relação entre possuidor e comprador, o que gera uma impessoalidade, o que faz com que a desigualdade gerada pela relação pessoal deixe de existir. A segunda virtude é que o dinheiro torna tudo intercambiável, permitido que tudo possa ser comprado e trocado basta ter o dinheiro, que é uma forma abstrata que substitui qualquer coisa. Portanto todos os bens podem ser avaliados pelo mesmo fator. A terceira é que o dinheiro aproxima o mundo, pois possibilita o contato indireto com diversos lugares do mundo. Segundo Simmel quando o dinheiro serve como mediador entre as relações econômicas, ele liberta, traz independência; mas quando serve de mediador entre as relações sociais, acaba trazendo a

elas uma superficialidade, leva a indiferença, corta a relação. Para Laville (2013) o neoliberalismo ativa a tendência ao desencastramento da economia, com a utopia da sociedade de mercado.

O segundo movimento exprime a tendência inversa desencastramento, o reencastramento democrático da economia, onde a referência à solidariedade é aspecto fundamental. Dessa maneira, uma primeira chave analítica seria perceber esse movimento de **encastramento - desencastramento - reencastramento** da economia nas relações sociais, ao longo da história, que pode ser mais intenso em determinadas sociedades, mais fraco em outras, e assumir formas diferenciadas nos diferentes espaços e tempos bem como a pluralidade do comportamento econômico como assevera Polanyi (2000), com a atividade econômica voltada não somente para o mercado como também para a redistribuição, reciprocidade e administração doméstica (ver Quad. 1).

Antes do século XIX, todos os sistemas econômicos conhecidos tinham lugar no princípio da reciprocidade, da redistribuição, da administração doméstica senão numa combinação dos três. Estes princípios foram institucionalizados sob a idéia de uma organização social que utilizava, entre outros, os modelos da simetria, da centralidade e da auto-suficiência. Os mercados existiam mas estavam diferenciados e limitados a certos espaços na Europa ocidental.

**Quadro 1 - Os quatro princípios do comportamento Econômico segundo Polanyi**



Até o século XVII, não havia separação entre economia e moral (Lechart, 2002). Havia uma unidade entre o social, o econômico, o político e o religioso. Segundo Polanyi (2000), a economia estava enraizada no sistema social, sendo impossível separá-la mentalmente de outras atividades societárias. A definição de economia tem uma dimensão formal (relação entre fins e meios) e uma relação substantiva (relações entre pessoas e destas com a natureza). A definição neoclássica atém-se ao sentido formal

da economia. A ocultação do sentido substantivo da economia resulta na con-fusão entre a economia e a economia mer-cantil, ao desencastamento da economia. Na perspectiva da Economia Solidária, produzir, trabalhar e consumir de forma solidária e autogestionária seria, ao mesmo tempo, voltar a um princípio fundamental da relação humana e criar algo novo em relação aos comportamentos e maneiras de pensar hegemônicos.

Contra a redução da economia ao mer-cado, mobilizou-se o princípio da redis-tribuição e da reciprocidade. A tensão entre desencastamento e encastra-mento pode ser considerada como consti-tutiva da economia mer-cantil moderna. O serviço público define-se, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços revestidos de uma dimensão de redistribuição (dos ricos para os pobres, dos ativos para os inativos e assim por diante), cujas regras são estabelecidas por uma autoridade pública submetida ao controle democrático. A noção de solidariedade também constitui uma referência para o estabelecimento de uma regula-ção democrática da economia.

## 2 Os hemisférios da atividade Econômica

Segundo Leroux (2013) a atividade econômica é conduzida em dois grandes hemisférios, um cinzento, e outro luminoso (ver Fig. 1). O hemis-fério cinzento Leroux chama de Economia informal, uma atividade quantificável mas que foge à medida. O Hemisfério visível, denominado economia oficial (deveria, mas não é necessariamente formal). É somente a esse hemisfério que se pensa quando se fala em economia.

**Figura 1: Hemisférios da Economia**



Fonte: Elaboração própria com base em Leroux (2013)



A Economia tem cinco grandes continentes, sendo dois situados no campo cinzento (Economia Informal) e três no campo luminoso (economia oficial), conforme Fig. 2. A Economia Social e Solidária faz hemisfério luminoso, da economia oficial, podendo também, em alguns casos, estar inserida no campo cinzento, junto com a economia doméstica. No primeiro hemisfério (Informal) tem-se a economia sunterrânea e a economia doméstica. No segundo hemisférico (oficial) tem-se a economia pública, a economia capitalista e a Economia social/solidária.

**Figura 2: Tipos de Economia e Princípios do Comportamento Econômico**



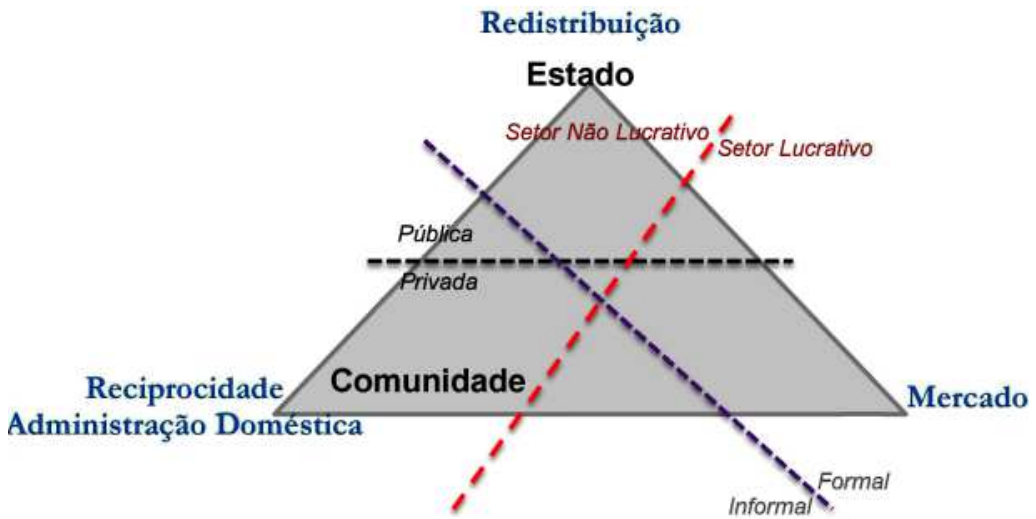
Fonte: Elaboração própria

Para medir a importância de cada uma na produção de riqueza, a contabilidade nacional usa o valor adicionado (que mede a riqueza criada pela atividade) e o PIB (que mede o total da riqueza produzida pela economia oficial). Portanto, só entram nas medidas da atividade econômica, a produção de bens e serviços que possuam correspondente valor de troca, que passam pelo mercado e que são oficiais. Toda produção de bens destinados ao consumo da família, do grupo ou comunidade ou a produção de serviços reprodutivos e de cuidado não pagos, não são consideradas atividades econômicas, além das atividades ilegais, relacionadas ao delito e ao

crime. A economia solidária e a perspectiva feminista da economia desenvolvem todo um arcabouço teórico/metodológico de modo a considerar as atividades informais e domésticas como econômicas e para mensuração, consideram aspectos como qualidade de vida, eficiência social, a realização efetiva do potencial das pessoas interligadas por relações de solidariedade, com justiça e paz, entre outros.

Entre Estado, comunidade e mercado existem economias pública e privada, empresas e organizações lucrativas e não lucrativas, formais e informais e uma diversidade de comportamentos econômicos na produção de bens e serviços que não podem ser reduzidos a apenas um deles, qual seja, o mercantil (Fig. 3).

**Figura 3: Setores da atividade econômica entre Estado, Comunidade e Mercado**



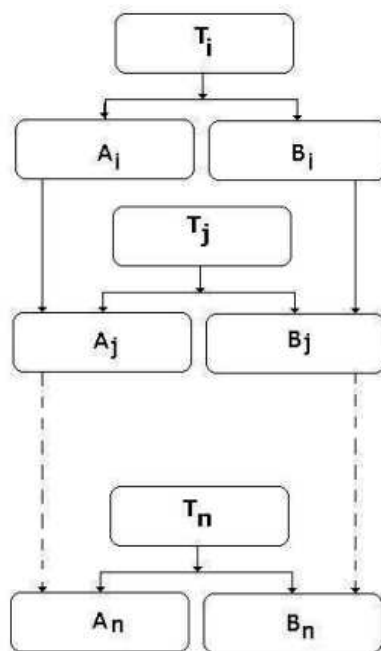
Fonte: Nyssens, M. (2014)

Para melhor compreensão das economias e dos comportamentos econômicos, apresentamos a seguir um modelo *tipo ideal* de modo a identificar características dominantes de cada economia, mesmo sabendo que a realidade é complexa e híbrida.

A despeito do fato de que situações concretas contenham elementos de um e de outro tipo, o modelo *tipo ideal* permite distinguir algumas das propriedades dominantes. Na Fig. 4, os T(i,j,n) referem-se às totalidades; A

e B a códigos disjuntivos para cada totalidade. A compreensão geral do fenômeno advém da articulação das várias totalidades.

**Figura 4: Formalização do modelo de análise estrutural**



Fonte: Hierneaux (2007)

A Fig. 5, constitui um tipo ideal das economias capitalista, solidária e pública, diferenciadas caracterizadas a partir dos critérios tipo de propriedade, princípio de comportamento econômico dominante, forma de gestão dos recursos, forma de poder, finalidade principal da atividade econômica e modo do agir econômico.

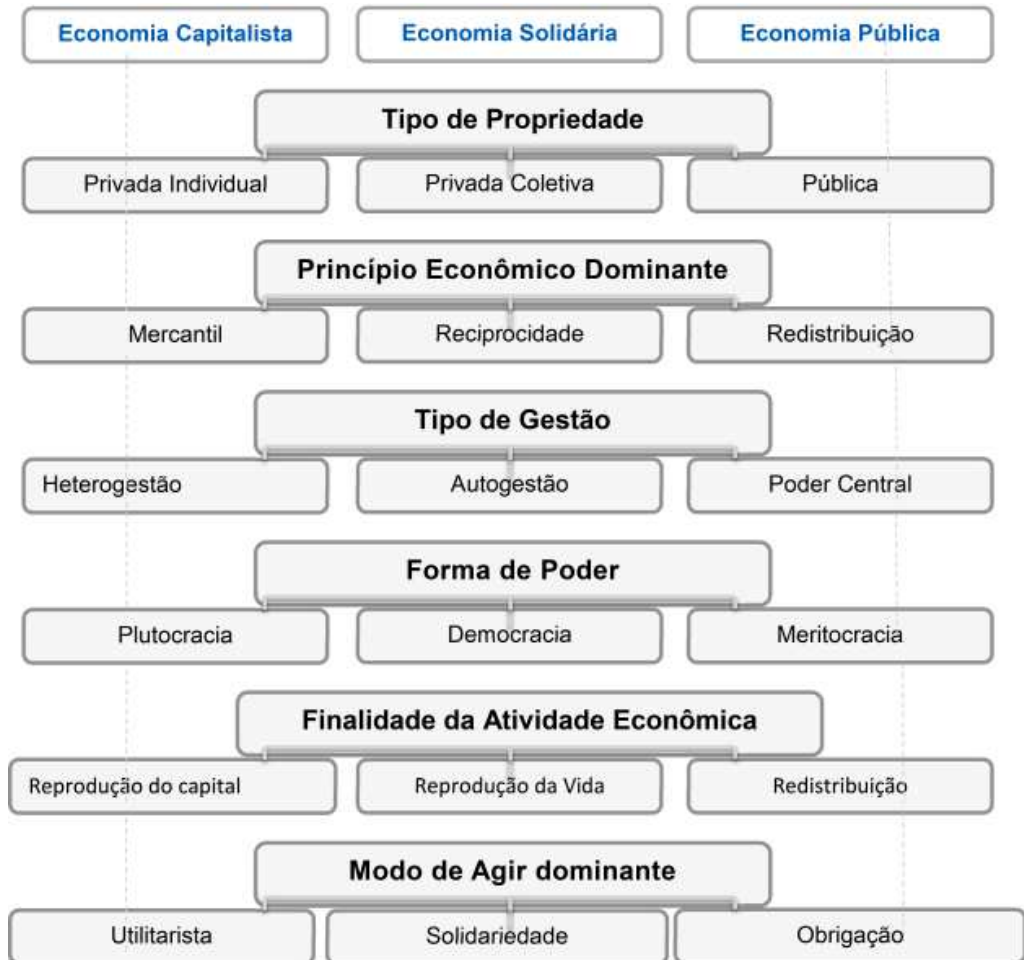
A economia capitalista caracteriza-se, neste modelo pelas propriedades: propriedade privada individual, princípio mercantil, heterogestão, plutocracia, atividade voltada para a geração de lucro, para a reprodução e ampliação do capital e comportamento econômico com base na utilidade (*homo economicus*), nas preferências individuais de consumidores e firmas.

A economia pública tem como característica a propriedade coletiva, o princípio da redistribuição, a gestão centralizada, a distribuição se-

gundo o mérito, a obrigação de redistribuição igualitária dos recursos materiais.

A economia solidária tem como traços propriedade privada coletiva, princípio recíprocitário, autogestão, democracia, atividades econômicas voltadas para a produção de valor de uso, para a satisfação de necessidades sociais democraticamente determinadas, para a reprodução da vida e do interesse comum, com base no princípio da cooperação, do *homo donator*.

**Figura 5 – Representação de concepções de Economia**



Fonte: Elaboração própria.

Autores latino-americanos como Razeto, Coraggio e Singer nos oferecem pistas importantes à conceituação de Economia Solidária: “o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes. (CRUZ: 2006, p. 69).

Cada tipo de economia, traz termos associados a elas, embora na prática, nenhuma delas exista de modo puro como no modelo tipo ideal. Elas podem conjugar um “e” outro elemento, sem se restringir a ser isto “ou” aquilo, isto é, sem as características disjuntivas necessárias elencadas na inteligibilidade do modelo. A economia capitalista traz os termos concorrência, acumulação, eficiência, interesse individual. A economia solidária, por sua vez associa-se aos termos autogestão, solidariedade, sustentabilidade, inclusão, interesse comum, emancipação social, compromisso com a vida, com a natureza, com a justiça social, relações horizontais. Esses princípios da economia solidária são também os princípios norteadores do paradigma feminista da economia.

### **3 O paradigma feminista da economia e a economia solidária**

As ciências econômicas foram um dos últimos campos do conhecimento a trazer a categoria gênero para seu corpo analítico embora tenha contemplado questões relacionadas às mulheres com frequência, ainda que não necessariamente sob uma ótica feminista. A ortodoxia hegemônica resiste em trazer a categoria o gênero para a economia, para a desconstrução cultural de modo a afetar a própria estrutura do conhecimento. A partir dos anos setenta, algumas economistas principalmente de origem marxianas e institucionalistas, mais abertas a visões interdisciplinares e à análise de relações sociais de gênero e de desigualdades de poder, colocam ênfase na exploração, nas desigualdades e na tendência sistemática do mercado em gerar hierarquias sociais. O debate sobre trabalho doméstico tinha como foco a natureza deste trabalho, assim como sua função enquanto aparato

de reprodução e manutenção da força de trabalho dentro do sistema econômico. O debate enfatizava como o trabalho doméstico não remunerado contribui para reduzir os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho e para analisar as relações de gênero implícitas no trabalho doméstico e na divisão de trabalho. A abordagem marxista-feminista também contribuiu para debates sobre assuntos mais sistêmicos – como as relações entre capitalismo e patriarcado. Dentro da literatura sobre desenvolvimento, as feministas elaboraram uma crítica da teoria da modernização, lembrando que tanto a divisão do trabalho baseada em relações de gênero assimétricas quanto as estruturas hierárquicas geradas pelas instituições capitalistas impossibilitavam que o desenvolvimento tivesse o mesmo impacto sobre homens e mulheres (Benería, 2003). Da mesma forma, estudos do mercado de trabalho que tinham como enfoque as questões de classe e gênero contribuíram para trazer a lente de gênero para a análise econômica nas áreas de emprego, migração, mudança demográfica, dinâmica doméstica, mercado informal e crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, entre outros temas. Enfim, estes são apenas pequenos exemplos para ilustrar que a perspectiva de gênero na economia contribuiu para mudar a concepção do que é o econômico e para mostrar como a abordagem dominante da teoria econômica não considera as assimetrias entre classes, gênero e raça/etnia, colocando o comportamento econômico como universal independente de ser rico/pobre, homem/mulher, preto/branco.

Cumprir destacar alguns princípios comuns às abordagens da economia feminista e da economia solidária relativas à centralidade do trabalho, relações simétricas, tomada de decisão com base na democracia e desenvolvimento da autonomia e emancipação social. Nesse sentido partilham princípios comuns como autogestão, comércio justo, consumo ético, solidariedade e bem comum.

A **autogestão** constitui um valor partilhado pelas duas abordagens, por ser esta um projeto de organização que privilegia a democracia direta. Fruto de grupos libertários, que buscam a emancipação, traz a idéia de organização do trabalho e do processo decisório sem a presença de um centro e com equilíbrio de poder. Trata-se de um esforço de criação de novas práticas e vivências coletivas, espaço importante de combate con-

tra a formação de lideranças perenes, concentração de poder, hierarquização das funções, centralização das decisões, alienação dos sujeitos pela separação entre as instâncias decisórias e as de execução. Para as economistas feministas, comportamentos não hierárquicos constituem princípio fundamental, defendem o poder horizontal, o poder “com” os outros e não um poder sobre os outros. Para ambas as perspectivas, as relações horizontais são algo sempre em construção porque os mecanismos de contradição estão sempre presentes, podem tender a hierarquização. Autogestão não é igualdade plena, implica democracia participativa no processo decisório.

Outro aspecto em comum entre as duas perspectivas é quanto ao comércio internacional. O comércio internacional tradicional vem se desenvolvendo sob relações de troca com base em um modelo que gera injustiça, desigualdade e marginalidade. O comércio justo, com produtores responsáveis e consumidores éticos, não se configura apenas como uma relação comercial, procura estabelecer um vínculo de cooperação e parceria entre os produtores do Sul e os importadores do Norte. Em sua base, está o trabalho por uma economia justa e solidária. Desenvolve uma “economia da proximidade”, apesar das grandes distâncias geográficas.

Outro ponto em comum diz respeito à concepção de consumo como ato econômico, ético e político isto é, o ato de consumo como um exercício de poder. O consumo de produtos cuja produção é feita sob a exploração humana ou depredação da natureza, é também co-responsável pelos efeitos. O ato de compra contribui para que os responsáveis pela opressão econômica e pela agressão ambiental possam converter as mercadorias produzidas daquela forma em capital a ser reinvestido do mesmo modo, reproduzindo práticas socialmente injustas e ecologicamente danosas. O consumo solidário é aquele praticado em função não apenas do bem-viver pessoal, mas também do bem-viver coletivo, do equilíbrio dos ecossistemas.

A solidariedade e a cooperação são valores partilhados pelas duas perspectivas. A ação coletiva com o intuito de partilhar o trabalho necessário para a produção da vida social, de grupos, instituições e/ou países atuam de forma combinada para atingir objetivos comuns ou afins. Devem haver ações que não procedam somente do interesse material calculado ou de

uma obrigação, mas de uma lógica da aliança e de certa gratuidade. Nesse ponto, existem controvérsias entre economistas feministas com relação ao papel do trabalho não pago: dádiva ou exploração?

Todo um conjunto de bens e serviços circulam no mundo da dádiva. (Godbout e Caillé, 1992) mostram que a característica da dádiva moderna é o fato de ela se tornar também dádiva aos estranhos. Não é na racionalidade individual que se deve buscar a chave das ações sociais, mas nas redes e na confiança que liga e une os seus membros.

A centralidade no trabalho, base da economia solidária e da perspectiva feminista contrapõe-se à economia do capital, na qual o conjunto da economia é visto por um único princípio de mercado, do qual participam indivíduos utilitaristas e calculistas. Nele, a capacidade de competir e ganhar dá acesso desde a riqueza, até o potencial de autodesenvolvimento, e sua orientação geral baliza-se conforme a lógica da acumulação de capital. Os trabalhadores não são sujeitos, mas objetos, são “recursos humanos”, aos quais se acrescentaram as noções de “capital humano”, “capital social”. A economia solidária e a perspectiva feminista da economia buscam a construção consciente de outra economia, cuja base são certos valores como a justiça social, a solidariedade e o respeito à natureza. A economia moral busca a socialização da riqueza, privilegiando as necessidades sociais e não o lucro, o valor de uso e não o valor de troca, a construção de espaços públicos de proximidade, em que a *eficiência* compreenda a materialização de benefícios sociais e não meramente monetários e que a *eficácia* seja avaliada com relação à satisfação de necessidades e a objetivos materiais, socioculturais e ético-morais dos indivíduos e da coletividade, imediatos ou de longo prazo.

Por fim, outro aspecto importante nas duas perspectivas é a autonomia e a emancipação social. Para Catani (2009) a emancipação social vincula-se ao conceito de autonomia. Uma comunidade política é emancipada, é livre, quando suas leis não são impostas por processos repressivos, tutelares ou paternalísticos; é autônoma quando não obedece a regramentos subjetivos, adventícios ou arbitrários; é, verdadeiramente, emancipada, quando a lei maior é o bem comum, objetivo e universalizador.



## **Considerações finais**

Por associar a atividade econômica direta e indiretamente com o mercado, a análise econômica tinha a tendência de tornar invisível uma grande parte do trabalho feito com base no princípio reciprocidade e administração doméstica, especialmente por mulheres. Uma ampla variedade de atividades não remuneradas que produziam bens e serviços para o consumo intra-familiar, entretanto, simplesmente não era consideradas “trabalho” em termos econômicos. Além da produção doméstica, figurava entre as atividades excluídas o trabalho voluntário em instituições e comunidades e atividades agrícolas para autoconsumo. Como uma grande proporção do trabalho de mulheres se dá nessas atividades, o trabalho feminino é subestimado em estatísticas, permanecendo economicamente invisível e toda a economia a ele relacionada.

Essa realidade tem mudado graças à novos paradimas emergentes como a economia feminista e a economia solidária nos círculos acadêmicos, o que tem contribuído para uma releitura da economia e para a visibilidade tanto teórica e empirica de outros princípios econômicos. A economia feminista aplicou critérios de mercado à alocação de tempo, ressaltando a importância econômica da produção familiar e do trabalho das mulheres, dando-lhes visibilidade nas estatísticas econômicas. A distinção conceitual entre produção e reprodução – assim como a análise das relações entre as duas – inaugurou novas possibilidades para compreender o papel das mulheres e da reciprocidade na reprodução social.

O paradima feminista da economia traz uma literatura crítica com relação ao paradigma econômico existente. Estas concepções (economia solidária e economia feminista) rejeitam a separação entre as dimensões social e econômica, observando conforme Elson e Cagatay (2000) o conteúdo social da esfera econômica. A nossa aposta é de que a economia solidária e a economia feminista possam inspirar modelos distintos daquele centrado no capital, que gera exclusão de ampla camada da população. Que economia social/solidária possa se enriquecer com os diálogos com a economia feminista e vice-versa e se fortalecerem para enfrentar o poder do capital e do patriarcalismo. No Brasil percebe-se um esforço teórico nos três campos. Quintela (2003) foi a primeira economista a discutir essa relação en-

tre economia solidária e feminismo e, atualmente, está na pauta das discussões da Rede de Economia e Feminismo. A discussão dos três temas estavam presentes no FSM porém isoladas umas das outras, ou apenas tangenciando umas às outras.

Ambas perspectivas, com suas abordagens plural da economia reenvia a uma concepção de mudança num quadro democrático, incluem um desejo de liberdade e de autodeterminação, fazem parte de um esforço de construção de uma economia mais humana, centrada no fornecimento de necessidades humanas e não em noções de escassez, eficiência e maximização do crescimento econômico.

## Referências

BENERIA, L. A mujer y el género em la economia: Um panorama general. In: VILOTA, P. (ed). Economia y género. Macroeconomia, política fiscal y liberalización. Análisis de su impacto sobre las mujeres. Barcelona: Icaria Editorial, 2003. p. 23-74.

CAILLÉ, Alain. “Nem holismo, nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”. *Revista Brasileira de Ciências sociais*, 13 (38): 5-38, São Paulo, 1998.

CATTANI, A. D; LAVILLE, J.L; GAIGER,L.I; HESPANHA, P. Dicionário Internacional Outra Economia. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

CRUZ, A. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado em economia aplicada. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2006.

ELSON, D.; CAGATAY,N. The social content of macroeconomic policies, *World Development*, v.28.n.7, pp.1347-1364, 2000.

GODBOUT, T. Jacques. “Le don, la dette et l’identité”. Paris: La Découverte, 2000.

LAVILLE, J. L. *L’économie Solidaire. Une perspective internationale*. Paris, 2013.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. *Leituras cotidianas* n° 152, 2002.

MANKIW, N. G. *Introdução À Economia* - Tradução da 6. ed. Norte-americana. Cengage learning Ed, 2014.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Rev. Bras. Ci. Soc.* vol.23 no.66 São Paulo, 2008.

SIMMEL, Georg. “O Dinheiro na Cultura Moderna” In: *Psicologia do Dinheiro e outros ensaios*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Texto & Grafia, 2009, p. 41-61.

TEMPLE, Dominique. “Les structures élémentaires de la réciprocité”. *Revue du Mauss*, 12: 234-242, Paris, 1998.

